

A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador.¹

Graça Druck²
Luiz Paulo Oliveira³

1. Introdução

Uma das características ressaltada pelas análises sobre o trabalho informal nos anos 60 e 70 é o seu caráter “transitório”, ou seja, ele é descrito como um conjunto de atividades de baixa capitalização, não tipicamente capitalistas, com uso da força de trabalho familiar e que, com o processo de desenvolvimento e industrialização do país, iria progressivamente desaparecer, integrando-se ao mercado de trabalho formalizado e protegido socialmente.

Entretanto, o que marca o trabalho informal nos dias atuais de “modernidade” neoliberal é que seu caráter transitório se tornou permanente; o que antes era visto como um caso atípico do mercado de trabalho urbano, agora passa a ser uma regra do mercado flexível, transformando-se numa forma de inserção, que engloba a maioria da “classe-que-vive-do-trabalho”.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo principal analisar a condição “provisória-permanente” do trabalho informal no contexto de reestruturação econômica, de desestruturação do mercado de trabalho e de vulnerabilidade social. De modo explícito, pretendemos analisar como e porque o trabalhador se insere em uma atividade informal que, aparentemente, é uma forma de sair do desemprego enquanto não encontra um emprego e, com o passar do tempo, continua na mesma condição: **trabalhador informal**.

¹ Este trabalho foi originalmente apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Recife/PE, entre 29/05 e 01/06/2007.

² Doutora em Ciências Sociais, Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Pesquisadora do CRH/UFBA e do CNPq (druck@ufba.br).

³ Mestre em Ciências Sociais, Professor do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Pesquisador do CRH/UFBA (luzpaulo@ufba.br).

Para tanto, o presente texto está estruturado em três partes: inicialmente, apresenta-se uma rápida sistematização do conceito de trabalho informal, desde a origem do termo ao seu novo status na atualidade, buscando evidenciar como o que era símbolo do nosso atraso brasileiro se converteu em sinônimo do moderno e flexível mercado de trabalho brasileiro. Em seguida, com base em dados secundários da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED), apresentaremos, em linhas gerais, as principais mudanças que ocorreram no mercado de trabalho metropolitano e o retrato do trabalho informal da cidade de Salvador. E por fim, busca-se, a partir de dados da pesquisa de campo realizada com trabalhadores informais de rua⁴, evidenciar as suas condições de trabalho e de vida, bem como a trajetória ocupacional e as estratégias encontradas, que possibilitam a permanência na atividade informal sob a égide da incerteza, da vulnerabilidade e precariedade do trabalho. Além disso, discute-se, criticamente, a “empregabilidade” dos trabalhadores informais, indicando os atributos e valores que regem esse tipo de trabalho nas ruas e que passa a ser uma noção re-inventada como símbolo da modernidade organizacional das empresas.

2. Trabalho Informal: da origem do termo ao novo estatuto no Brasil contemporâneo

Desde a sua origem, no final da década de 1960, o *trabalho informal* ou *informalidade* tem-se constituído como um problema teórico e político que sempre esteve presente na agenda pública dos problemas sociais da realidade brasileira. Inicialmente essa noção se consolidou como uma categoria analítica voltada para o entendimento do problema da integração social do imenso contingente de trabalhadores que migravam do campo para as cidades dos países subdesenvolvidos ao “setor moderno” da economia. (CARVALHO; SOUZA, 1980; CACIAMALI, 1991; FILGUEIRAS, DRUCK; AMARAL, 2004).

Nesse primeiro momento, o debate era marcado por muita polêmica e pelo confronto de duas posições polares, embora compartilhassem de pressupostos comuns. De um lado, estava a “teoria da modernização” que sustentava a tese de que o baixo nível global de capitalização dos países do mundo subdesenvolvido produzia uma estrutura de emprego urbana bastante desequilibrada, contudo essa situação era considerada como provisória, e caracterizava-se como uma forma de pré-incorporação dos trabalhadores migrantes aos empregos assalariados. Nessa mesma direção, surgia a “teoria da marginalidade” enfatizando as consequências do processo de modernização das economias dos países em desenvolvimento que geravam uma estratificação social em que os trabalhadores não incorporados ao processo produtivo estariam fadados às situações de trabalho marginais em longo prazo. Por essa ótica, o

⁴ Os dados que serão apresentados neste artigo são uma síntese da análise desenvolvida por Oliveira (2005) na sua dissertação de Mestrado a partir dos principais resultados da pesquisa: “O Trabalho Informal na Cidade de Salvador” (CRH/UFBA/CNQp), coordenada pela professora Graça Druck, que foi realizada entre os anos de 2000 a 2003, com 191 trabalhadores informais de rua, que têm na rua o espaço privilegiado de trabalho através da oferta de bens e serviços à população em geral, bem como da análise de caráter qualitativo das trajetórias de trabalho e de vida dos trabalhadores informais de rua.

trabalho informal era considerado como marginal, desintegrado da estrutura produtiva, não exercendo nenhuma função na estrutura econômica da sociedade. Portanto, estas duas teorias operam com dualismo estrutural que opõem “tradicional” e “moderno”, “marginal” e “integrado”. (MACHADO DA SILVA, 1993; KOWARICK, 1975; ALVES, 2001).

Do outro lado do debate, a crítica marxista enfatizava as contradições intrínsecas ao processo de acumulação capitalista que produz, por sua própria lógica, um excedente de trabalho necessário para a reprodução do sistema. Inspirados nas formulações de Marx, diversos autores se contrapunham à perspectiva dual, que considerava o trabalho informal como disfuncional ou “afuncional” à estrutura produtiva, e buscavam reunificar a análise da estrutura social. O livro de Francisco de Oliveira (1972), *A crítica à razão dualista*, é um dos clássicos dessa perspectiva, uma vez que reafirma que a unidade da exploração capitalista é toda a classe trabalhadora e não apenas a parcela dos trabalhadores que estão inseridos no exército da ativa, pois mesmo as formas de trabalho consideradas como não-tipicamente capitalistas estão subordinadas à lógica do capital e contribuem para o processo de acumulação, na medida que rebaixam o custo de reprodução da força de trabalho.

De forma sintética, poderíamos afirmar que nesse primeiro momento da trajetória do conceito de informalidade, a configuração do debate se estruturou basicamente em torno de duas questões: *as formas de inserção dos trabalhadores informais à estrutura produtiva e o grau de integração das atividades informais à estrutura produtiva*. Embora o debate fosse polarizado, havia consenso entre as diferentes abordagens sobre “os usos sociais do trabalho”, sendo que um dos principais pontos de consenso era a questão do “pleno emprego”, pois a problemática da informalidade tomava como referência a tendência do assalariamento nos países centrais, de modo particular a social-democracia européia, e o debate girava em torno da possibilidade de que o mesmo ocorresse no Brasil. Dessa forma, “o par formal-informal” correspondia à forma aparente do jogo claro-escuro representado pelo ideal inatingido do pleno emprego (MACHADO DA SILVA, 2003, p. 148)

Na virada dos anos 80, configura-se um novo momento na trajetória do conceito de informalidade. Com a crise do fordismo e do Estado de Bem-Estar, a noção de informalidade se generaliza e é importada pelas análises contemporâneas dos países mais industrializados, perdendo a exclusividade de ser uma questão relacionada aos problemas do processo de urbanização e industrialização no mundo subdesenvolvido. Se, no primeiro momento, a análise está centralizada no ponto de vista dos trabalhadores, ou seja, no trabalho informal e suas formas de integração ao processo produtivo, agora a perspectiva analítica privilegia a dimensão dos conflitos de legitimidade e o quadro político-institucional que regulam as atividades laborais. Por conseguinte, as análises são construídas a partir do ponto de vista dos agentes sociais que usam o trabalho. Ao invés de trabalho informal passa-se a falar em *economia informal*, também denominada de economia ilegal, submersa, subterrânea. Sendo assim, a análise setorial do mercado de trabalho perde completamente o sentido, pois o critério básico

de definição do campo empírico da informalidade é o conjunto de atividades ou formas de produção e as relações de trabalho que escapam à regulação do Estado, seja esta tributária, trabalhista ou de qualquer outro tipo. Portanto, o papel do Estado e sua capacidade de intervir na economia é o eixo central do debate sobre a informalidade neste momento. (MACHADO DA SILVA, 1993; CACCIAMALLI, 1991, 2000; LAUTIER, 1993).

Por último, evidencia-se um terceiro momento na trajetória do conceito de informalidade, marcado por uma ampla revisão da literatura clássica sobre o tema e de novas polêmicas. A configuração do debate anuncia “os sinais dos tempos”, é forjado no bojo do acirramento das consequências sociais da reestruturação produtiva e da adoção das políticas neoliberais no país. Desta vez o deslocamento do campo semântico tem como quadro de referência principal a problemática da flexibilização e precarização do trabalho, não se restringindo apenas à questão da integração da população pobre ao mercado de trabalho urbano, pois o movimento real do fenômeno tornou-se ainda mais heterogêneo e complexo. Nesta direção, o conceito de setor informal perde a sua força teórica e prática, sendo substituído principalmente pela idéia de “*processo de informalidade*”, “*processo de informalização do trabalho*” ou “*atividades não-fordistas*” (CACCIAMALI, 2000; MACHADO DA SILVA; CHINELLI, 1997; FILGUEIRAS, DRUCK; AMARAL, 2004).

Notase, a partir da década de 1990, uma redefinição da problemática da informalidade, que aponta para uma nova perspectiva analítica empenhada na construção de um mapa cognitivo e social que apreenda o trabalho informal como um espaço de dimensões correlacionadas. Destacam-se as análises que consideram a informalidade a partir da junção dos critérios da “ilegalidade” e das “atividades não-tipicamente capitalistas”, ou seja, trata-se de um enfoque analítico que tenta articular a questão da inserção produtiva e os conflitos de legitimidade associados à constituição da (s) cidadania (s) (PAIVA, PONTENGY; CHINELLI, 1997). Sendo assim, a informalização do trabalho é um processo resultante das transformações correlacionadas e interdependentes da esfera econômica e da esfera política que estão em curso na sociedade brasileira.

A nosso ver, o que está em jogo na pauta de discussão é um fato inteiramente novo, não se trata de um esvaziamento, mas de um deslocamento radical do estatuto da informalidade, pois o que antes representava uma situação transitória na estrutura do mercado de trabalho, agora se apresenta como uma situação permanente. O símbolo do atraso se converteu em sinônimo da modernidade. Na era da “desertificação neoliberal” (ANTUNES, 2004) a informalidade é sinônimo de flexibilidade e precarização do trabalho, *sendo que todas as características que constituíram tradicionalmente as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores informais são transmutadas em personificações do novo trabalhador do capitalismo flexível*. (DRUCK, 2000; BARRETO, 2003; LIMA; SOARES, 2002).

Nessa perspectiva, não concordamos com a posição assumida por Machado da Silva (2003) no tocante a sua sugestão de que a categoria *empregabilidade* seria o equivalente funcional do conceito de

informalidade, devido ao seu esvaziamento como categoria de entendimento dos problemas associados à configuração do mercado de trabalho e da integração social. Embora estejamos completamente de acordo com o seu posicionamento sobre os perigos de cultura do trabalho fundamentada no binômio empregabilidade/empreendedorismo.

Se levarmos em conta a história do trabalho e o processo de integração social da classe trabalhadora ao desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil, é possível afirmar que a empregabilidade não é uma novidade nem teórica e nem empírica. Ao revisar a literatura sobre a informalidade no final da década 1960 a 1980, evidencia-se como o modo de trabalhar e a condição existencial dos trabalhadores informais se expandiram para o conjunto de classe trabalhadora na atualidade. O próprio trabalho de Machado da Silva (1971) nos oferece uma boa tipificação do tradicional trabalhador informal (o biscateiro), a qual é muito pertinente para elucidar como as características e qualidades típicas daqueles que se encontram no trabalho informal, próprias da sua condição de existir enquanto força de trabalho superexplorada, no contexto de hoje são apropriadas pelo discurso da empregabilidade. Vejamos:

Na medida em que os biscateiros dependem fortemente da personificação das relações de trabalho, há um fator de natureza psico-social que desempenha papel relevante na qualidade dos contatos e, portanto, no próprio controle do mercado. *Trata-se do que se poderia chamar de “personalidade”*. Com este termo procura-se englobar um conjunto de características psicológicas socialmente relevantes, relacionadas às expectativas culturais em torno do comportamento do trabalhador. Tais características incluiriam a “simpatia”, “extroversão”, “bom humor”, etc. que influem sobre a facilidade de estabelecer boas relações primárias; e também “auto-confiança”, “iniciativa”, etc., que afetam a agressividade na procura de serviços... “Qualidades” dessa natureza são significativas em qualquer caso, mas afetam mais profundamente as situações em que a “confiança interpessoal” é fator básico (MACHADO DA SILVA, 1971,p.77).

Existe alguma diferença substancial entre o que Machado da Silva denominou na década de 1970 de personalidade e a idéia de empregabilidade difundida na “*década de desertificação neoliberal*”? A resposta é não. O que há de novo é o processo em que a “*personalidade*” do trabalhador informal sob as lentes ampliadas da “flexploração do trabalho” (BOURDIEU, 1998) é convertida na imagem do “novo trabalhador” que substitui a representação do trabalhador com carreira, com emprego assalariado e socialmente protegido. Sendo assim, a velha condição de trabalho informal passa a ocupar um lugar de destaque na configuração do mercado de trabalho, tornando-se a forma de inserção da maioria da classe trabalhadora ao mercado de trabalho. A triste improvisação inventada continuamente pelas camadas populares na sua luta árdua pela sobrevivência nos grandes centros urbanos deste país, tão bem caracterizada por Viana (1980), nos dias de hoje parece universalizar-se como feições concretas da superexploração do trabalho flexível. Usar a imaginação pra sobreviver em proveito da acumulação do capital transformou-se na qualidade intrínseca do trabalhador flexível. Dessa forma, trabalho informal é a expressão máxima do trabalho flexível, cuja única chance de estabilidade para o trabalhador é a sua

própria “empregabilidade”, ou seja, a sua capacidade renovada de inventar e “se virar” em meio às incertezas, vulnerabilidade e riscos do mercado de trabalho.

3. Desestruturação do Mercado de Trabalho e Informalidade na “Cidade da Bahia”

A Bahia de tantas expressões culturais, artísticas e musicais, tão bem contada nos romances de Jorge Amado, cantada nas músicas de Dorival Caymmi, Gilberto Gil, Caetano, Gal, Maria Betânia e do axé music, presente nas obras de arte de Caribé. A terra de tantos santos e orixás, da festa do Bonfim, da festa da senhora das águas, Yemanjá. Do carnaval dividido entre cordas e blocos que leva multidões às ruas de Salvador. Também é a terra de homens e mulheres que, ao contrário do que normalmente se propaga na mídia nacional (principalmente no Sudeste) e internacional, trabalha dia e noite, de segunda a domingo, feriados e dias santos, descendo e subindo ladeira, correndo da polícia ou do “rapa”⁵ para sobreviver, como é caso de tantas “Marias” e “Josés” que vivem da informalidade.

Convém lembrar que a Bahia também é a terra de trabalhadores e trabalhadores que ao longo da década de 90 sofreram com as conseqüências infortunadas das “reestruturações” e “flexibilizações” que ocorreram no Brasil, principalmente no mundo do trabalho. Como antigamente, a Bahia continua interligada ao mundo, não só pelo porto da Baía de Todos os Santos, pelas práticas culturais, mas também porque os interesses capitalistas aqui também se fazem presentes e trazem efeitos sociais desastrosos. A Cidade da Bahia, capital do Brasil Colônia por mais de dois séculos e meio, ou ainda, como formula o historiador Cid Teixeira, a “Capital do Atlântico Sul”, agora no limiar do século XXI, transformou-se na “*Capital Brasileira do Desemprego*”. De acordo com os dados da PED, a taxa de desemprego total na Região Metropolitana de Salvador, no ano de 2006, era de 23,6%, considerada a mais alta do país, o que quer dizer que cerca de 413 mil pessoas, em média, estavam à procura de uma ocupação na RMS.

A Bahia não vive simplesmente do ritmo e da dança do carnaval, mas também acompanha o “ritmo” e a “dança” da nova ordem produtiva na qual o Brasil se inseriu na década de 1990, forjada no bojo da crise do modelo brasileiro de desenvolvimento e na adoção do ideário neoliberal pelo Estado brasileiro. A crise econômica e a liberalização comercial também tiveram seus efeitos sobre os setores mais dinâmicos da economia baiana, de modo especial no setor industrial, do qual o Pólo Petroquímico de Camaçari é a grande expressão. Se durante a década de 1980, o Pólo Petroquímico de Camaçari foi uma “fábrica de fazer fábricas”, não se pode afirmar o mesmo para a década de 1990. O que se observou foi um processo intenso de reestruturação das empresas, de ajustes, de fusões, demissões em massa, adoção de novas práticas de gestão e organização do trabalho. (OLIVEIRA, 2003).

⁵ Denominação atribuída pelos trabalhadores de rua aos fiscais da Secretaria de Serviços Públicos/ SESP da Prefeitura Municipal de Salvador/Ba.

É no contexto de reestruturação produtiva e da “desertificação neoliberal” da década de 1990 (ANTUNES, 2004), que a Bahia vivenciou um radical desmonte da sua já frágil e incompleta sociedade salarial. A desestruturação do mercado de trabalho metropolitano se traduziu principalmente através do aumento do desemprego e da precarização do seu “núcleo estruturado”, lócus do emprego social protegido, bem como pela baixa qualidade dos postos de trabalho abertos durante a década. Aliado a tudo isso, observou-se uma nova configuração do núcleo “não-estruturado” desse mercado, em especial o surgimento de uma “nova informalidade”. (BORGES, 2003)

Este processo de desestruturação do mercado de trabalho baiano tem, como uma das suas principais conseqüências, a reconfiguração do seu traço mais marcante, qual seja: a sua pobreza. A “Bahia de Todos os Pobres” (FARIA; SOUZA, 1980), já não é mais composta apenas dos pobres que sempre foram pobres, mas dos pobres que se tornam pobres por conta dos efeitos perversos da reestruturação produtiva na terra que também é de “Todos os Santos”. A desestruturação do mercado de trabalho metropolitano acompanhou muito mais o “ritmo” e a “dança” do novo e precário mundo do trabalho do que o som dos tambores e atabaques da “Velha Bahia”.⁶

Nesse sentido, em meio a tantas reestruturações, desestruturações e turbulências da década da “desertificação neoliberal”, o que será que aconteceu com o nosso velho e tradicional “mercado de trabalho informal” da cidade de Salvador? Quem são os filhos ilustres desta terra, que se ocupam das chamadas atividades não-capitalistas, ou, como preferem outros, do trabalho por conta-própria, seja nas vias públicas, nas praias ou nos cômodos das suas próprias residências? Em resumo, qual é o seu retrato na capital brasileira campeã do desemprego nos dias de hoje?

3.1 O Retrato do Trabalho Informal na Cidade de Salvador

A partir dos dados da PED ⁷ observa-se que a evolução das atividades por conta-própria entre o período de 1997 e 2006 aponta para dois aspectos importantes do trabalho informal na cidade de Salvador: i) a persistência de um espaço significativo na estrutura ocupacional da cidade de Salvador para atuação dos trabalhadores informais; ii) a proporção de trabalhadores por conta própria entre os ocupados permanece praticamente estável em Salvador, o que parece indicar que a capacidade de incorporação da força de trabalho nestas atividades já atingiu o seu limite, confirmando a tese de Borges (2003) sobre a “saturação do informal”.

⁶ Como afirma Borges (2003,p.298,300): “(...) na RMS, aparentemente, o segmento não-estruturado cresceu mais pela precarização do emprego e pela expansão ou informalização dos pequenos negócios – dos tradicionais aos novos empreendimentos-, do que pelo trabalho autônomo” (....) Ao contrário do passado, quando o segmento não-estruturado crescia pela expansão dos mesmos bolsões de informalidade, durante a década de 1990, com a desestruturação do núcleo, ele cresce em todas as atividades, mas principalmente nos espaços historicamente estruturados”.

⁷ Os critérios adotados para a feitura deste retrato foram os seguintes: a amostra é constituída do total de pessoas ocupadas, que trabalham na cidade de Salvador, que segundo a posição na ocupação foram classificadas como conta-própria para o público ou conta-própria para empresa (53188 casos) para o período de 1997 a 2006.

Os dados da PED para o período analisado indicam que o “trabalho por conta própria” representa 23,3% do total de ocupados da cidade de Salvador, configurando-se como o núcleo central do trabalho informal na metrópole baiana, sendo responsável por quase a metade das ocupações informais. A evolução do trabalho por conta própria durante o período de 1997 a 2006 demonstra que durante a segunda metade da década 1990 até o ano de 2001 houve uma redução progressiva do percentual de trabalhadores ocupados nas atividades do núcleo central do trabalho informal, voltando a crescer entre os anos de 2002 a 2004 e reduzindo-se novamente a partir de 2005. No período de 10 anos (1997-2006), a participação do “trabalho por conta-própria” na estrutura ocupacional de Salvador caiu de 24,6% em 1997 para 22,4% em 2006.

Esta redução do trabalho por conta própria revela que o trabalho informal tem os seus próprios limites enquanto locus aglutinador da população soteropolitana desempregada e que não encontra emprego, bem como nos oferece elementos para problematizar a ideologia do “contaproprioismo/empreendedorismo” amplamente difundida por diversos setores da sociedade brasileira durante os anos 1990, uma vez que nem mesmo na cidade de Bahia, terra de “gente criativa”, que se diverte e trabalha a um só tempo, tal ideologia prevalece. Além disso, a evolução do núcleo central do trabalho informal na cidade de Salvador também é um forte indicador do processo de desestruturação do mercado de trabalho metropolitano, ou seja, o grau de flexibilidade do mercado de trabalho regional já atingiu o seu patamar máximo; por conta disso, a saturação desse espaço na estrutura ocupacional demonstra que o trabalho informal tem uma lógica própria de funcionamento, não sendo tão desorganizado quanto se pensa, sinônimo de anomia social, mas, pelo contrário, trata-se de um espaço do mercado de trabalho com regras próprias que também se tornou seletivo.

Nesse sentido, observa-se que os principais traços e características do trabalho informal na cidade de Salvador são os seguintes: a) os trabalhadores informais da cidade de Salvador são homens, negros, chefes de família, têm mais de 40 anos e baixo nível de escolaridade; b) dedicam-se em sua imensa maioria às atividades informais que oferecem bens e serviços à população em geral, concentrando-se principalmente nos setores de serviço e comércio; c) trata-se de vendedores ambulantes, motoristas, cabeleireiros, garçons, trabalhadores braçais, pedreiros, cozinheiras e outros que ingressaram na informalidade em sua maioria a partir dos anos 1990; que trabalham sozinhos ou com ajuda de familiares quase todos os dias da semana, com extensas jornadas de trabalho acima do previsto na CLT e baixa remuneração; d) entretanto, há uma pequena parcela bem mais qualificada e escolarizada que presta serviços mais sofisticados e especializados, principalmente para empresas, auferindo melhores rendimentos e constituindo uma “Elite de Informal” na cidade de Salvador; e) por fim, o último traço que sobressai é o grau de vulnerabilidade social dos homens e mulheres que vivem do trabalho informal, grande parte dos trabalhadores informais não contribui para a previdência social, estando completamente à margem dos direitos sociais mínimos assegurados pela Carta Magna de 1988.

Portanto, é neste cenário do trabalho informal da cidade de Salvador, que buscamos a seguir problematizar a condição provisória-permanente dos trabalhadores que têm, na *rua*, o espaço privilegiado para oferta dos seus bens e serviços à população em geral.

4. Os Trabalhadores que Vivem do Trabalho Informal nas Ruas de Salvador

O trabalho informal de rua é um fenômeno que está profundamente arraigado na história da economia urbana da cidade de Salvador e persiste até os dias de hoje, sendo um dos principais espaços de reprodução do trabalho informal na cartografia social do mercado de trabalho metropolitano (CARVALHO; SOUZA, 1980; BAHIA, 1983; DURÃES, 2003).

Os dados da pesquisa realizada com os trabalhadores informais de rua apresentam uma realidade bastante heterogênea e complexificada. Um verdadeiro mosaico, que congrega no mesmo espaço de trabalho – a rua – um *continuum* de atividades que reúne desde as mais tradicionais, velhas conhecidas do cenário urbano da cidade, até as mais modernas, surgidas no bojo das mudanças ocorridas na estrutura ocupacional e social da cidade de Salvador durante os anos 1990.

Assim, assiste-se a uma nova configuração do trabalho informal nas ruas da cidade, altamente influenciada pelos impactos da reestruturação produtiva e da desestruturação do mercado de trabalho metropolitano. Nas nossas andanças pelas ruas dessa cidade, não encontramos apenas o ambulante que vende cartões telefônicos, morador do Subúrbio Ferroviário e que anda de transporte coletivo, mas também o ex-trabalhador do Pólo Petroquímico de classe média, morador da Pituba, que diariamente estaciona seu carro particular em frente à Igreja de São Bento para vender cachorro quente, ou ainda a arquiteta que deixou o “atelier” para trabalhar com o transporte de crianças e adolescentes das principais escolas particulares, dos bairros nobres e de classe média da cidade.

Quanto ao perfil dos trabalhadores informais de rua entrevistados, podemos afirmar que não é muito diferente do que encontramos, a partir dos dados da PED, para o conjunto de trabalhadores informais por conta própria que trabalham na cidade de Salvador, conforme foi mencionado na seção anterior, qual seja: **São mais homens do que mulheres, negros, casados, chefes de família, mais velhos, não-migrantes, moram em bairros populares e têm baixo nível de escolaridade.**

4.1 O ingresso na informalidade: “o desemprego me levou a isso, mas é provisório... até eu achar uma coisa melhor”

Durante a pesquisa de campo, perguntamos aos trabalhadores como foi que eles ingressaram nas atividades informais. As respostas dos entrevistados a esta questão sempre vinham acompanhadas de uma explicação sobre os motivos que os levaram a ingressar no trabalho informal. Para os trabalhadores, informar sobre as formas ou maneiras de ingresso nas atividades que exercem atualmente requer a

elaboração de uma justificativa plausível para si e para os outros, que legitime a própria condição de trabalhador informal. Em outras palavras, isto significa que o como é precedido de um porquê.

A necessidade de o trabalhador apresentar uma justificativa plausível sobre a sua condição de trabalho revela a centralidade do trabalho enquanto forma de integração social dos homens ao mundo, e as conseqüências sociais e morais da sua ausência. As justificativas dos trabalhadores convergem em torno do valor social do trabalho na sociedade capitalista. Enquanto força de trabalho, todo trabalhador precisa assegurar a sua própria reprodução social e de sua família; não podendo assegurá-la através de um emprego assalariado, o trabalhador precisa encontrar uma forma alternativa, mesmo que seja provisória, que lhe permita sobreviver, e assim fugir do “estigma” do desempregado. Essa seria a lógica social que modela as justificativas dos trabalhadores informais pesquisados; escutamos várias vezes as seguintes falas:

Foi o desemprego que me levou a isso, é melhor trabalhar nas ruas como vendedor ambulante do que roubar. (Vendedor Ambulante, 30 anos, 2 anos na atividade).

Eu estava desempregado, precisava arranjar dinheiro para dar o que comer para os meus filhos e não encontrava emprego, a única solução foi trabalhar no mercado informal. (Vendedora Ambulante, 40 anos, 10 anos na atividade).

Olha moço, eu só estou aqui até arranjar uma coisa melhor, um emprego, eu não posso ficar parado, né? (Vendedor ambulante, 26 anos, 6 meses na atividade).

Essas falas dos trabalhadores indicam que o desemprego e a lei imperativa da sobrevivência numa grande cidade, como é o caso de Salvador, constituem-se como as justificativas mais plausíveis capazes de legitimar o ingresso no trabalho informal. Trata-se de uma consciência prática, que só se apresenta ao sujeito como tal, na medida em que este é questionado sobre a sua própria condição, exigindo-lhe a elaboração de uma justificativa coerente com as práticas laborais exercidas. Tal elaboração não é produzida aleatoriamente, é formada a partir das próprias experiências de trabalho que antecederam ao momento de ingresso no trabalho informal.

No caso analisado, 51,3% dos trabalhadores pesquisados tinham um emprego com carteira assinada na sua atividade anterior, ou seja, vieram do núcleo estruturado do mercado de trabalho. Para estes trabalhadores, possivelmente o ingresso na atividade representou uma reconversão de suas trajetórias de trabalho, dando início a um processo de mobilidade descendente e de precarização social. Do restante da amostra, 18% eram empregados sem carteira assinada, 15% já trabalhavam como autônomos, e 5% eram empregadas domésticas e trabalhadores rurais, respectivamente.

A inserção dos trabalhadores no trabalho informal está condicionada por valores e processos inerentes à estrutura do mercado de trabalho local, que obriga os sujeitos a aceitarem tal condição como a mais plausível de ser vivida num contexto de desemprego e precarização do trabalho.

No entanto, essa plausibilidade depende, em grande medida, das formas de inserção dos trabalhadores, que podem favorecer ou não a permanência no trabalho informal. A escolha da

atividade, do local de trabalho, do tipo de serviço ou mercadoria a ser comercializada envolve uma série de condicionantes, dentre elas o volume de recursos financeiros disponíveis, o capital social acumulado nas trajetórias de trabalho anteriores e a rede de suportes relacionais que podem ser acionados pelos trabalhadores para o exercício da atividade informal.

O tempo de permanência dos trabalhadores pesquisados é mais um indicador que confirma a existência de uma nova informalidade na metrópole baiana. Do total da amostra, 67% dos entrevistados têm até 10 anos na atividade informal, ou seja, a maioria dos entrevistados se inseriu na informalidade na década de 1990, período em que se intensificam as transformações no mercado de trabalho no Brasil e na Bahia.

Quando contrastamos o tempo de permanência na atividade com os motivos apresentados pelos trabalhadores para justificar e legitimar a própria condição de trabalhador informal, revela-se a questão central deste trabalho. Escutamos inúmeras vezes, de vários trabalhadores com quem tivemos oportunidade de conversar e entrevistar durante os dois anos de pesquisa de campo, a seguinte sentença prática: *“foi o desemprego que me levou a isso, mas é provisório... até eu achar uma coisa melhor”* (leia-se “emprego”). Nesta sentença está condensada a síntese da condição do trabalhador informal: *o provisório que se tornou permanente e o permanente que é vivido sob o signo do provisório.*

A práxis do trabalhador informal se realiza na negação e afirmação do “provisório-permanente”, que se constituem como dimensões inseparáveis de uma única condição. Do ponto de vista das elaborações e representações dos sujeitos, a inserção na informalidade é concebida como uma solução “provisória” para o drama do desemprego e uma forma plausível de assegurar a reprodução social, mas o próprio tempo de permanência é a negação de suas elaborações, demonstrando que os sujeitos já fincaram raízes no trabalho informal. Mas como é possível que o *permanente* seja experienciado sob o signo do *provisório*? A afirmação do permanente como provisório está consubstanciada na própria lógica de reprodução das práticas laborais da informalidade.

4.2 Trabalhar nas ruas de Salvador: riscos, incertezas e vulnerabilidade social.

Trabalhar nas ruas implica em correr riscos, viver sob a égide da incerteza e estar vulnerável socialmente. O cotidiano dos trabalhadores informais é marcado por conflitos, competição e fragmentação social. A lista de dificuldades enumeradas pelos trabalhadores se concentra basicamente em três questões: a) a ação disciplinadora e repressora do poder público através da fiscalização dos agentes públicos da Prefeitura (o Rapa); as péssimas condições do comércio, uma vez que se trata de um tipo de atividade que depende diretamente da oferta de bens e serviços para a população, por isso as ruas principais do centro da cidade são alvos constantes de disputas entre os próprios trabalhadores e o poder público; c) e por último, as condições de trabalho nas ruas é outro problema gravemente enfrentado

pelos trabalhadores informais, pois a falta de infra-estrutura, os assaltos e roubos constantes fazem parte da dura realidade de quem trabalha nas ruas de Salvador. Os trabalhadores estão expostos às intempéries climáticas, às péssimas condições de iluminação e higiene das ruas, estando privados até de sanitários públicos, tendo que recorrer aos sanitários privados dos bares, lojas e shoppings.

O grau de precariedade dos trabalhadores informais de rua torna-se mais evidente ainda quando analisamos os ganhos mensais dos entrevistados. Um elemento fundamental a ser considerado é a incerteza que norteia as atividades informais, de modo especial as atividades tradicionais como vendedor ambulante. Muitos trabalhadores não sabem nem calcular quanto ganham por mês. Foram várias as situações durante a pesquisa de campo, em que os trabalhadores informais não sabiam nem se iriam conseguir o dinheiro do vale-transporte para voltarem para casa. “*Tem dia que saio colado [não vende nada], isso aqui é uma aventura, igual a Tarzan na selva”* afirmou um entrevistado de 25 anos, deficiente físico e vendedor de CDs. A impossibilidade de calcular os próprios ganhos freqüentemente se converte em uma imprevisibilidade da própria vida dos trabalhadores. Como é possível prever o futuro, se os trabalhadores não têm nenhum controle sobre o presente? A vida inteira passa-se sob o signo “aleatório”, o presente é vivido em si mesmo, não tendo nenhuma relação com o futuro. (BOURDIEU, 1979). Por isso, trabalhar nas ruas de Salvador torna-se uma “aventura”, na maioria das vezes perigosa, estando os trabalhadores entregues à própria “sorte”, onde tudo parece ser fruto do “destino” ou do “azar”.

É importante destacar que os trabalhadores tiveram muitas dificuldades para declarar quanto ganham no mês, pois para a imensa maioria dos entrevistados o ganho é diário, prevalecendo a lógica da sobrevivência imediata. No que se refere aos ganhos mensais, 61% dos entrevistados têm ganhos de até 2 salários mínimos⁸. Por outro lado, a informalidade comporta um segmento de trabalhadores altamente qualificados e com elevados níveis de escolaridade - a “elite do informal” - no caso estudado apenas 3% dos entrevistados têm rendimentos superiores a 10 SM, que são justamente os trabalhadores que tinham boa ocupação na formalidade e foram demitidos na década de 1990 com o processo de reestruturação produtiva.

Os ganhos auferidos pelos entrevistados também denunciam a incapacidade dos trabalhadores informais de contribuírem com a previdência social ou de terem um plano de saúde particular. Apenas 20% dos trabalhadores entrevistados pagam INSS e 26% tem plano de saúde. Como é possível contribuir com a previdência e/ou ter um plano de saúde ganhando duzentos ou trezentos reais por mês? Para quem vive do trabalho informal, o sonho da aposentadoria por tempo de contribuição não passa de uma frustração, regularmente corroborada pelas péssimas condições de trabalho e de remuneração.

⁸ O valor de referência do salário mínimo na época da pesquisa era de R\$ 200,00.

Para os trabalhadores informais, as palavras do Apóstolo Paulo, “quem não trabalha não deve comer”, tornam-se imperativas. Na solidão do mercado, o trabalhador deve rezar ou apelar para “todos os santos” para nunca adoecer ou ficar impossibilitado de trabalhar, caso contrário pagará pelo preço de ser “patrão e empregado de si mesmo”. Esta é a situação de 60% dos entrevistados, os quais não têm quem os substitua em casos de doenças ou de qualquer outra eventualidade. Talvez, a quarta estrofe da canção *Camelô*⁹, seja a síntese da condição social do trabalhador informal: “**Não sou ninguém, e não tenho para quem apelar, só tenho o meu bem, que também não é ninguém**”.

4.3 As trajetórias de “sucesso” do trabalho informal: uma crítica à noção de empregabilidade

Para quem vive do trabalho informal nas ruas de Salvador, o conteúdo simbólico e prático dessa “bela palavra”, que soa como inteiramente nova entre os empresários, consultores de RH, economistas, pedagogos, tecnocratas e até mesmo entre os sociólogos, é um velho conhecido, pois para os trabalhadores informais “a fábula da empregabilidade” se traduz como uma das principais estratégias de permanência no trabalho informal.

No mundo do trabalho informal, a fábula perde o seu encanto, perde sua força mágica, encontra-se no estado puro, é apenas realidade, a fórmula real encontrada por homens e mulheres que diariamente precisam construir o seu mercado, ocupar um espaço nas ruas de Salvador para trabalhar e estabelecer relações personalizadas com o público consumidor de seus produtos e serviços.

Nesse sentido, a trajetória de José Roberto da Silva, o *Robertinho Baleiro*¹⁰ exemplifica muito esse processo. Trata-se de um dos mais “famosos” trabalhadores informais de rua da cidade de Salvador, objeto de várias matérias jornalísticas na imprensa escrita, falada e televisada da Bahia e do Brasil; amplamente conhecido no ambiente empresarial e das escolas de administração da metrópole baiana como o ícone do binômio *empregabilidade/empreendedorismo* ou como “homem de sucesso”, sendo convidado para dar palestras aos funcionários de grandes corporações e participar de aulas inaugurais das escolas de administração; além disso, é reconhecido publicamente pelos serviços de utilidade pública prestados à população em geral.

A trajetória de trabalho e vida de Robertinho, de 32 anos, sempre foi marcada pelo signo da exclusão social. Oriundo da cidade de Serrinha, interior da Bahia, desde criança a rua se tornou um espaço de múltiplas funcionalidades na sua trajetória de vida, pois era ao mesmo tempo lugar de dormir, comer e trabalhar. Para sobreviver, catava lixo e papelão para vender, eis o seu “batismo” no mundo do

⁹ Trata-se da composição de dois artistas baianos, Edson Gomes e Zé Paulo (1997), que se tornou um hino de defesa dos trabalhadores informais, a qual expressa bem a condição do trabalhador informal de rua da “Cidade da Bahia”.

¹⁰ Como se trata de um trabalhador informal amplamente conhecido no cenário urbano da cidade de Salvador, optamos pelo uso do nome próprio e do “apelido”. Para tanto, *Robertinho Baleiro* não apresentou nenhuma objeção quanto à publicação do seu nome e de sua trajetória de vida e de trabalho.

trabalho informal. Aos quatorze anos, o menino de rua, catador de lixo, resolveu dar um novo “rumo” à sua vida, começou a trabalhar como vendedor ambulante e deixou de morar na rua. Em 1993, aos 17 anos, ele veio trabalhar na cidade de Salvador, dando início a um novo ciclo da sua trajetória de trabalho. Portador de uma experiência de trabalho na rua e no comércio ambulante, passa a trabalhar nas ruas de Salvador como vendedor de picolé.

A partir de 1994, em um ponto fixo, começa a vender chocolates em um pequeno tabuleiro dentro do pátio da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia com a devida autorização da direção. Além da venda, começou a anunciar em voz alta, de dentro do pátio, os transportes coletivos que passavam em frente à faculdade e os seus respectivos roteiros. Desde então, ele se tornou uma referência para os alunos e a população que transita naquela região em termos de informação. Em 1999, Robertinho Baleiro passa a ocupar uma guarita da Faculdade que fica mais próxima ainda do ponto de ônibus, a qual se encontrava desativada, onde ele permanece até os dias de hoje. A guarita abandonada foi transformada em uma *bonbonnière*, o que deu a Robertinho melhores condições de trabalho. Contudo, ele precisou inovar, pois ao se mudar para a guarita havia ficado muito distante do público e não dava mais para anunciar o ônibus em viva voz, eis a novidade: *a implementação de um sistema de som*.

Quando eu entrei pra essa guarita, que eu transformei em uma *bonbonnière*, eu fiquei isolado do público entendeu? ... Aí inventei de colocar uma caixa de som debaixo do pé de manga e uma cá na guarita, comecei a fazer propaganda entendeu? Aí eu comecei a dar o roteiro dos transportes, tinha gente que olhava pra trás, ficava olhando achando ingraciado aquilo ali e muitas vezes não sabia, aí via o carro e via eu falava, aí falava: esse aí serve. Aí eu falava, aí entreva no ônibus. Eu falava: Sussuarana, Orla, Pituba, Itaigara, Iguatemi e Paralela, “ah esse é o meu, eu vou”.

Com o sistema de som, Robertinho não só anunciava o horário dos ônibus, como também começou a fazer propagandas dos doces e lanches comercializados na *bonbonnière*. Além disso, ele também sintoniza o seu sistema de som nas frequências de Rádios FM da cidade, possibilitando aos passageiros que estão à espera do transporte coletivo ouvir diversos estilos da música brasileira. Segundo Robertinho, sempre é preciso ter uma novidade para chamar atenção do público demandante de suas mercadorias, por isso sempre busca inovar, seja através de promoções de doces e salgados ou através de “novos expedientes”, a exemplo do “Quadro do Robertinho”, cuja finalidade é anunciar propagandas de festas e eventos sociais e culturais da cidade.

As inovações e estratégias de venda são resultantes das habilidades e qualidades pessoais de Robertinho que foram adquiridas com a experiência de trabalho nas ruas; trata-se de um conhecimento tácito, pois ele só estudou até a 2ª série primária, como ele próprio diz, “*foi com o ritmo de vida que vim aprendendo cada vez mais*”. E qual ritmo de vida? O ritmo moldado pela experiência de trabalho, de quem desde os seis anos de idade precisou trabalhar para sobreviver. Mas o que faz de Robertinho Baleiro um ícone do binômio empregabilidade/empreendedorismo?

Robertinho tem todas as competências e habilidades exigidas pelas novas formas de organização do trabalho: é criativo, tem iniciativa, tem capacidade de liderança, capacidade de solucionar problemas e de lidar com situações inesperadas, bem como é polivalente, sabe fazer várias coisas ao mesmo tempo. Como ele próprio diz: *“você sabe que eu dou informação sobre transporte ao mesmo tempo, vendo mercadoria ao mesmo tempo... atendo cinquenta dentro de 10 e 15 minutos..., dou troco ao mesmo..., e ninguém fica com raiva por que atendi muito bem”*. Para o discurso ideológico da empregabilidade, Robertinho é tido como o exemplo mais claro a ser seguido pelos *“empreendedores de sucesso”*. O que interessa ao discurso ideológico são apenas as qualidades e habilidades individuais de Robertinho, as quais se apresentam separadas das condições objetivas que possibilitaram a sua existência. Por isso, quando os empresários de grandes corporações convidam Robertinho para dar uma palestra, não estão interessados em conhecer as suas condições objetivas de trabalho, e nem tampouco as estratégias utilizadas para convencer os clientes a comprarem as suas mercadorias. Na essência, o que os empresários desejam é que as qualidades e atributos deste vendedor ambulante sirvam como exemplo a ser seguido pelos funcionários de suas respectivas empresas. Neste sentido, o próprio Robertinho deixa de ser apenas um ícone da empregabilidade, passando a ser um agente reproduzidor do discurso ideológico da empregabilidade/empreendedorismo, reafirmando uma cultura do trabalho pautada no engajamento pessoal do trabalhador.

Mas quando correlacionamos as qualidades e atributos pessoais com as condições reais de trabalho de Robertinho Baleiro, observamos que estas são partes constituintes do seu *habitus*, necessárias à própria reprodução da condição de trabalhador informal. Ser flexível, criativo, ter capacidade de lidar com problemas, ser comunicativo não pode ser traduzido como sinônimo de qualidade e sucesso na vida e no trabalho. Pois, para muitos trabalhadores, o sucesso na atividade informal apenas confere um “status” privilegiado, capaz de distingui-los dos demais trabalhadores informais pelas capacidades e habilidades pessoais empreendidas na conquista de uma melhor posição na cartografia do trabalho informal. Contudo, tal “status” não pode ser traduzido em absoluto como sinônimo de ganhos reais, em se tratando das condições de trabalho e de vida.

A jornada diária de trabalho de Robertinho demonstra muito bem o preço de quem é *“patrão e empregado de si mesmo”*, *“gestor do seu próprio tempo”*, conforme podemos constatar na sua própria fala:

Saio daqui [do bairro aonde mora] cinco e meia da manhã, seis horas, chego na bomboniere umas seis e cinco, e volto, retorno por volta das dez da noite, são dezessete horas na Ufba. Trabalho de segunda a sexta, dia de sexta fecha sete horas da noite. Eu cheguei uma época a trabalhar aos sábados até meio-dia. É um trabalho muito puxado que eu faço...

Além do ritmo intenso da jornada diária de trabalho, Robertinho também compartilha da mesma condição da imensa maioria dos trabalhadores informais de rua que vivem no anonimato, a

saber, vive na “*solidão do mercado*”, “*não tem ninguém para apelar*”, ou seja, não dispõe de redes de parentesco as quais possam ser acionadas em caso de doenças ou outra eventualidade que lhe impeça de trabalhar.

Observa-se ainda que os ganhos auferidos por Robertinho, com a venda de lanches e doces, ainda não lhe permitiram realizar um dos seus sonhos: a casa própria. Atualmente mora em um quarto, sala e banheiro, alugado por R\$ 180,00 mensais. Além disso, paga a pensão de três filhas que moram com a mãe na cidade de Feira de Santana. Também revelou que não paga INSS e nem tem plano de Saúde.

Sendo assim, a chave do sucesso de Robertinho está na força radical do verbo intransitivo: *trabalhar*, conjugado continuamente através das suas habilidades e qualidades pessoais empregadas na arte de produzir engenharias de convencimento e de persuasão da população em geral que compra os seus produtos. É assim que o “ícone da empregabilidade” ocupa dezessete horas diárias, na solidão do mercado, ele busca no trabalho a redenção do seu próprio passado.

4.5 Da continuidade involuntária à formalidade desejada: a ambivalência da condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais

Durante a pesquisa de campo, perguntamos aos 191 trabalhadores entrevistados se eles pretendiam continuar na atividade que exerciam. Segundo o dicionário Aurélio, **pretender** significa *aspirar a, desejar, querer*; sendo assim, 58% dos entrevistados afirmaram que **queriam** continuar e 42% **não queriam** continuar na atividade informal.

A justificativa apresentada pelos trabalhadores que pretendiam continuar indicam claramente quais são as propriedades estruturais que fazem do trabalho informal uma condição permanente de trabalho. Através de suas respostas, os entrevistados buscavam encontrar as “razões” que explicavam a sua própria condição de trabalho, como se estivessem a se perguntar: “*por que estou aqui?*”. Para a maioria dos entrevistados que pretendiam continuar, a **falta de oportunidade de emprego (44,2%)**, principalmente por causa da crise de desemprego do país, da idade e do nível de escolaridade, era o motivo capaz de explicar a permanência na atividade informal. Além deste motivo, 35,6% dos entrevistados pretendem continuar porque **estavam satisfeitos com atividade que exercem**, pois é a forma (única!) que eles têm de garantir o sustento; e 9,6% pretende continuar porque **trabalha pra “si próprio”**. Diante destes motivos apresentados, podemos afirmar que a pretensão de continuar na informalidade antes de tudo é indesejada, bem como expressa um processo de conformismo e desalento social dos trabalhadores informais que, ao avaliarem os seus atributos pessoais e/ou adquiridos e as suas respectivas chances de inserção no núcleo estruturado do mercado, tomam consciência de que a única alternativa que lhes resta para fugir do desemprego é ocupar-se de uma atividade informal nas ruas da cidade de Salvador. Nesse sentido, observa-se que os trabalhadores que querem continuar geralmente

são os mais velhos e os menos escolarizados, ou seja, são os segmentos da população trabalhadora que estão em mais desvantagem no mercado de trabalho metropolitano.

Por outro lado, os motivos apresentados pelos entrevistados que não pretendiam continuar na atividade expressam as insatisfações dos trabalhadores com uma condição de trabalho constituída de sobressaltos e incertezas quanto ao amanhã-próximo e ao futuro-distante, fazendo que o que é “permanente” seja vivido sob o signo do “provisório”. Por isso, 59% dos entrevistados não queriam continuar por causa da instabilidade e insegurança da atividade informal de rua que exercem; 24,7% porque os rendimentos auferidos eram insuficientes; 9,6% por causa do controle da Prefeitura e 6,8% porque o trabalho era cansativo. Como podemos observar, todos esses motivos apresentados sintetizam os riscos, incertezas e a vulnerabilidade social a que estão submetidos aqueles que vivem do trabalho informal de rua.

Ao correlacionar os motivos dos trabalhadores que *queriam continuar* e dos que *não queriam continuar* na informalidade, conclui-se que as justificativas apresentadas pelos entrevistados obedecem a uma mesma lógica de representação social do trabalho informal, ou seja, os motivos para continuar ou não na atividade informal se legitimam na negação da própria condição de trabalhador informal. Desse modo, é nas “negatividades” do trabalho informal que se afirmam os motivos para continuar, expressos na *falta de oportunidade de emprego*, ou para não continuar, *expressos na instabilidade e insegurança da atividade*.

As “negatividades” do trabalho informal também se explicitam nas respostas dos entrevistados sobre a seguinte questão: “você **gostaria** de mudar para um emprego com carteira assinada?” Era justamente este o sentimento que os entrevistados buscavam explicitar ao responderem afirmativamente à pergunta acima mencionada. Resposta que na maioria das vezes vinha acompanhada de expressões gestuais e verbais que tornavam mais enfático o “gosto em provar” de um emprego com carteira assinada, a exemplo do *brilho do olhar*, do *movimento repentino de braços e mãos seguidos da pronúncia rápida de uma frase curta*: “**claro que sim!**”.

De acordo com os dados da pesquisa de campo, 72% dos entrevistados gostariam de mudar para um emprego com carteira assinada e 28% afirmaram que não gostaria de mudar. Os motivos declarados pelos trabalhadores que gostariam de mudar para um emprego com carteira demonstram muito bem como o estatuto do trabalho socialmente protegido, condensado simbolicamente na “carteira assinada”, constitui-se como a principal expectativa subjetiva a compor o imaginário social da maioria dos trabalhadores informais. Dentre os motivos apresentados pelos entrevistados que gostariam de mudar para um emprego assalariado destacam-se os seguintes: *ter direitos trabalhistas (44,2%)*, *ter trabalho certo e seguro (20%)*, *ter salário certo (14,2%)*, *melhor renda (10,8%)* e *melhores condições de trabalho (5,8%)*.

Todos estes motivos apresentados não só expressam as “negatividades” do trabalho informal, como também indicam quais são as propriedades estruturais que possibilitam que a condição de

trabalhador informal seja experienciada sob o signo do provisório. Para a maioria dos trabalhadores informais entrevistados, o sonho de ter um emprego com carteira assinada significa fundamentalmente a esperança de se tornar um cidadão portador de direitos, reconhecido socialmente através do trabalho, bem como a possibilidade real de não ter a vida inscrita no “jogo do azar” ou do “aleatório”, e aprisionada no mundo de quem precisa inventar cotidianamente o seu mercado de trabalho para sobreviver. Portanto, as incertezas, riscos e inseguranças dos rendimentos e das condições de trabalho de quem vive das atividades informais nas ruas de Salvador se constituem como uma das propriedades geradoras de uma experiência de trabalho vivida no tempo e no espaço social sob a égide do provisório.

Por outro lado, os motivos dos entrevistados que *não gostariam* de mudar para emprego com carteira assinada revelam que nem todos que estão na condição de trabalhador informal vivenciam tal condição como sendo provisória, configurando-se como uma *condição permanente* de inserção na cartografia social do mercado de trabalho. Entre os motivos indicados pelos entrevistados, destacam-se: *não quer patrão (31%)*, *salário insuficiente (28,6%)*, *desalento por idade (19%)* e *não se adaptaria ao emprego com carteira assinada (9,5%)*. Tais justificativas demonstram que, no conjunto dos trabalhadores informais de rua da amostra estudada, há uma parcela que não acalenta nenhuma esperança de um dia ser um empregado com carteira assinada, pois sabem que as chances de inserção no núcleo formal do mercado são mínimas, para não dizer nenhuma, bem como têm plena consciência de que são portadores de um *habitus* do trabalho informal incompatível com as regras institucionalizadas e com a disciplina do trabalho assalariado.

Portanto, acreditamos que a condição de trabalhador informal nas ruas de Salvador é, na essência, uma condição de trabalho ambivalente, pois ela é *provisória e permanente* ao mesmo tempo. Tal ambivalência da condição do trabalhador informal de rua se expressa fortemente quando os sujeitos entrevistados são interpelados sobre as suas perspectivas futuras de trabalho. Ao apresentarem os motivos pelos quais *pretendem ou não continuar* na atividade informal, ou porque *gostariam ou não* de mudar para um emprego com carteira assinada, os entrevistados explicitam os elementos geradores das propriedades estruturais da condição provisória-permanente do trabalhador informal.

Em breves palavras, diria que a ambivalência da condição de trabalhador informal nas ruas de Salvador pode ser traduzida pelo binômio: *continuidade indesejada - formalidade desejada*. Eis a essência da condição “provisória-permanente” do trabalhador informal.

5. Considerações Finais

Tomando como unidade de análise empírica a realidade social dos trabalhadores informais da cidade de Salvador, que têm na rua o espaço privilegiado de trabalho através da oferta de bens e serviços à população em geral, buscamos entender como é engendrada a condição “provisória-permanente” do

trabalhador informal no quadro atual da “flexploração” do trabalho do capitalismo flexível. (BOURDIEU, 1998).

Nesse sentido, constata-se que, frente ao processo de reestruturação produtiva e desestruturação do mercado de trabalho metropolitano na última década, o trabalho informal passa a ser ocupado por homens e mulheres que foram expulsos do núcleo estruturado do mercado de trabalho, os quais para fugir do “fantasma” do desemprego fazem do trabalho nas ruas uma forma permanente de inserção no mercado de trabalho. Entretanto, a condição de trabalhador informal é experienciada sob o signo do provisório. Os achados da pesquisa indicam que a condição de trabalhador informal é ambivalente, pois é ao mesmo tempo provisória e permanente.

É permanente porque as possibilidades efetivas de inserção ou re-inserção no núcleo estruturado do mercado de trabalho tornaram-se mínimas no contexto de desregulamentação e flexibilização do trabalho, principalmente para os trabalhadores informais mais velhos e menos escolarizados. Sendo assim, o mundo do trabalho informal se configura como a única alternativa plausível para fugir do “estigma social” do desemprego e assegurar a reprodução dos homens e mulheres “sem-emprego”. Por outro lado, os riscos, as incertezas e a instabilidade das condições de trabalho nas ruas combinados com a esperança de ter um emprego com carteira assinada fazem que a condição permanente do trabalhador informal seja vivenciada sob o signo do provisório.

Portanto, podemos concluir que, nesse contexto de desregulamentação, de precarização e flexibilização do mundo do trabalho, o **trabalho informal**, entendido como processo de informalização das relações de trabalho, tornou-se uma regra do mercado de trabalho, e o seu reverso, o trabalho social protegido (emprego), tornou-se uma exceção; logo, o que era provisório tornou-se permanente e o que era permanente se tornou provisório. Eis a comédia da modernidade brasileira!

Referências

ALVES, Maria Aparecida. **Setor informal ou trabalho informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade**. Campinas, 2001, 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2004.

BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA BAHIA. **O gigante invisível: estudo sobre o mercado informal de trabalho na Região Metropolitana de Salvador**. Salvador, 1983.

BARRETO, Theo da Rocha. **A precarização do trabalho e da vida: o trabalho flexível nas ruas de Salvador**. Salvador. 2003. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2003.

BORGES, Ângela. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social:** a Região Metropolitana de Salvador na década de 90. Salvador, 2003. 374f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo:** estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CACIAMALLI, C. As Economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (org.). **Distribuição de renda no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.121- 143.

_____. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, jun. 2000.

CARVALHO, Inaiá M. M., SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato; FARIA Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

DRUCK, Maria da Graça. **Velhos e novos trabalhadores informais:** o trabalho nas ruas em Salvador-BA. Projeto Individual de Pesquisa-CNPq, mimeo. Salvador: CRH/UFBA, 2000.

_____. Qualificação, Empregabilidade e Competência: mitos versus realidade. In: GOMES, Álvaro (org.). **O trabalho no século XXI – considerações para o futuro do trabalho.** São Paulo/Bahia: Anita Garibaldi/Sindicatos dos Bancários, 2001.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalho informal, sofrimento e alienação no século XXI:** o trabalho nas ruas de Salvador. 2004. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, Mai./Ago. 2004.

GOMES, Edson; PAULO, Zé. Camelé. Interprete: Edson Gomes. In: GOMES, Edson. **Apocalipse.** São Paulo: EMI, 1997. 1 CD. Faixa 3.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAUTIER, Bruno. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 18, p. 5-48, jan/jun.1993.

LIMA, Jacob; SOARES, Maria José. Trabalho flexível e o novo informal. In: **Caderno CRH**, Salvador, n.37, jul./dez. 2002.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade.** Rio de Janeiro, 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1971.

_____. Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. In: **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 269, p.31-34, 1993.

_____. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio; CHINELLI, Filippina. Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual. In: **Contemporaneidade & Educação**, Campinas, v.2, n. 1, p. 24-45, Maio, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: **Estudos do CEBRAP**, São Paulo, n.2, 1972.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. A “**desestabilização dos estáveis**” do Pólo Petroquímico de Camaçari nos anos 90. 2003. 116f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

_____. A condição “**provisória-permanente**” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. 2005. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2005.

PAIVA, Vanilda; POTENGY, Gisélia; CHINELLI, Filippina. Qualificação e inserção alternativa no mundo do trabalho. A sociologia do trabalho para além da fábrica. In: **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 48, p. 121-142, julho, 1997.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

VIANA, Ângela Ramalho. Estratégias de sobrevivência em um bairro pobre de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

Resumo

O artigo analisa como a condição de trabalhador informal torna-se “provisória-permanente” no novo contexto de flexibilização do trabalho. Aborda as recentes transformações no mundo do trabalho, dando ênfase ao processo de reestruturação produtiva e suas conseqüências para o mercado de trabalho brasileiro e para a Região Metropolitana de Salvador. Busca evidenciar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores de rua de Salvador, as trajetórias ocupacionais e as estratégias encontradas, que possibilitaram a permanência na atividade informal sob a égide da incerteza, da vulnerabilidade e precariedade. Neste quadro, discute criticamente a empregabilidade dos trabalhadores informais. Utiliza os dados da Pesquisa Emprego e Desemprego para Região Metropolitana de Salvador (PED/RMS) no período de 1997-2004 e a análise de entrevistas qualitativas que descrevem as trajetórias de trabalhadores informais de “sucesso” na cidade de Salvador. Esse artigo origina-se da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em C. Sociais da UFBA, de autoria de Luiz Paulo Oliveira, sob a orientação de Graça Druck.

Palavras-chave: Trabalho Informal. Mercado de Trabalho. Empregabilidade

Abstract

This paper analyzes how the informal worker's condition becomes "temporary-permanent" in the new context of work flexibilization. It approaches the recent transformations in the work world, giving emphasis to the process of productive restructuring and its consequences for the Brazilian job market and for the Metropolitan Area of Salvador. The paper tries to show the work and life conditions of Salvador's street workers, the occupational trajectories and the strategies found that made possible the permanence in the informal activity under the aegis of uncertainty, vulnerability and precariousness. In this framework, it critically discusses the informal workers' employability. It uses data from Research Employment and Unemployment for Metropolitan Area of Salvador (in portuguese, PED / RMS) in the period of 1997-2004 and the analysis of qualitative interviews that describe the informal workers' "successful" trajectories in the city of Salvador. This paper originates from the master's degree dissertation by Luiz Paulo Oliveira, under the orientation of Graça Druck of the of Post Graduate Program in Social Sciences of Federal University of Bahia,.

Keywords: *Informal Work. Job Market. Employability*